

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Sete de Setembro



CONTRATO Nº 032/2020

O **MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Márcio Politowski, inscrito no CPF sob nº 960.364.190-15, doravante denominado de **CONTRATANTE**, com sede administrativa na Rua Edmundo Grassel, 1245, em Sete de Setembro/RS, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.776/0001-25 e **LOGHOS INFORMÁTICA LTDA – ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Francisco Leopoldo Uhry, nº 157, sala 01, em Giruá/RS, inscrita no CNPJ sob nº 03.177.344/0001-69, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Silvano Vilmar Diesel, inscrito no CPF sob nº 581.242.840-91, doravante denominado de **CONTRATADO**, firmam o presente contrato para o fornecimento do objeto, descrito na Cláusula Primeira - Do Objeto.

Este contrato tem fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, conforme o Processo de licitação protocolado sob nº 601/2020, Edital de Tomada de Preço nº 8/2020, regendo-se pela Lei Federal 8.666 de 21 de Junho de 1993 e legislação pertinente, bem como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta do CONTRATADO e pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tecnologia da informação – TI, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática de propriedade do Município de Sete de Setembro, e instalação e manutenção de rede wireless em regime de comodato, visando à operação eficiente dos sistemas que dão suporte as atividades da Administração Municipal, conforme o Termo de Referência do Edital de Tomada de Preços nº 8/2020 e a tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
1	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TI, MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MICROCOMPUTADORES, MONITORES, NO-BREAKS, ESTABILIZADORES, IMPRESSORAS, ENTRE OUTROS), INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE WIRELESS EM REGIME DE COMODATO	MÊS	12	R\$ 4.582,00	R\$ 54.984,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: O valor total do presente contrato é de R\$ 54.984,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais), constante da proposta e aceito pelo CONTRATADO como justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

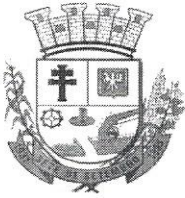
CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

0301 4 122 1 2 4 339039000000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – 53
PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 16 de junho de 2020, podendo ser prorrogado por igual período, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE: Os valores serão reajustados anualmente, mediante termo aditivo, de acordo com a variação havida no período do IGPM/FGV, ou de outro índice que vier a substituí-lo, garantindo sempre o equilíbrio econômico financeiro do contrato, nos termos da Lei Federal 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O CONTRATADO deverá executar integralmente o objeto, seguindo todas as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Tomada de Preços nº 8/2020.



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do relatório de atendimento técnico, através de depósito bancário em conta de titularidade do CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar a entrega do objeto;
- b) Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento;
- c) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- d) Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;
- e) Permitir o livre acesso do pessoal do CONTRATADO ao local de entrega do objeto;
- f) Notificar, por escrito, ao CONTRATADO, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento, fixando prazo para sua correção.

PARÁGRAFO SEGUNDO: São obrigações do CONTRATADO:

- a) Executar o objeto contratado na forma ajustada;
- b) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE e atender às reclamações formuladas;
- c) Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- d) Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;
- e) Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados.

CLÁUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO: O CONTRATADO reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77 da Lei Federal 8666, de 21 de junho de 1993.

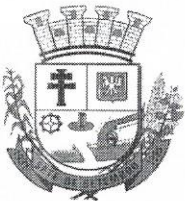
CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal 8666/93, amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, ou judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de rescisão deste contrato, o CONTRATANTE reterá os créditos decorrentes da contratação até o limite dos prejuízos causados e assumirá imediatamente o objeto contratado, por ato próprio do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E MULTAS: A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas no capítulo IV da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, ficando estipuladas as penalidades previstas no edital e a seguir citadas:

- a) entregar o objeto com características em desconformidade com o edital, passíveis de correção durante o prazo de entrega previsto e sem prejuízo ao resultado almejado pela licitação: advertência;
- b) entregar o objeto com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias corridos, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 2% (dois por cento) sobre o valor total deste contrato;
- c) inexecução parcial das condições pactuadas: suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração pelo prazo de 1 (um) ano e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste contrato;



Estado do Rio Grande do Sul Município de Sete de Setembro



- d) inexecução total das condições pactuadas: suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total deste contrato;
- e) causar prejuízo material resultante diretamente da execução deste contrato: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total deste contrato.

I - Na aplicação das penalidades previstas nesse instrumento contratual, o CONTRATANTE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do CONTRATADO, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas de defesa.

II - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao CONTRATADO em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

III - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pelo CONTRATADO, através do setor competente.

IV - Caso não houver quitação da multa, o valor a ela referente será retido no pagamento a que o CONTRATADO fizer jus.

V - Não havendo crédito ou não havendo o pagamento, a multa será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei.

VI - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

VII - O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: As partes elegem o Foro da Comarca da GUARANI DAS MISSÕES, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E, por assim estarem ambas as partes justas e conformes, de pleno acordo com as cláusulas e condições do presente contrato, assinam o mesmo em quatro vias de igual forma e teor e na presença de duas testemunhas para que produza jurídicos e legais efeitos.

Sete de Setembro/RS, em 12 de junho de 2020.

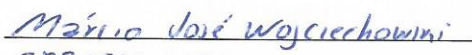


Silvano Vilmar Diesel
CPF: 581.242.840-91
P/ CONTRATADO



Marcio Politowski
CPF: 960.364.190-15
P/ CONTRATANTE

Testemunhas:



CPF: 010.658.100-01



CPF: 031.334.900-28